

# PROGRAMA POLÍTICO - ELEIÇÕES 2020

## PCB-GOIÁS

### UMA ALTERNATIVA SOCIALISTA PARA GOIÂNIA

#### INTRODUÇÃO

O Partido Comunista Brasileiro (PCB), enquanto um partido que visa contribuir com a construção de um novo poder político e de uma nova forma de organização da sociedade pelo proletariado e trabalhadores em geral (da cidade e do campo), em aliança com parte das camadas médias, a intelectualidade e a juventude, comprometidas com a luta revolucionária, para a construção de uma sociedade socialista, através da superação do sistema capitalista, conseguiu adaptar-se às mudanças políticas, sociais, culturais e institucionais que ocorreram durante os 98 anos de sua trajetória. O PCB, que conseguiu reconstruir-se em face dos processos repressivos e consequente assassinato, prisão, exílio e perseguição de seus militantes e destruição das suas estruturas partidárias, tem como fundamento de sua atuação um partido de militantes revolucionários, que vão se desenvolvendo na luta de classes, no processo de organização do proletariado, no estudo teórico do marxismo e da realidade brasileira (e mundial) e na perspectiva da construção da sociedade socialista, rumo ao comunismo.

O PCB se coloca como um dos sujeitos que reivindicam a inversão da base do poder político atualmente sequestrado por grandes grupos empresariais. Propomos como alternativa uma radical ampliação do processo da tomada de decisão através do pleno exercício da Democracia Direta em gradual substituição a Democracia Liberal Representativa. Preconizamos a construção e fortalecimento do Poder Popular com expressiva reformulação do sistema político, qualificando as classes trabalhadoras como verdadeiros sujeitos do Poder Político. Libertar os processos políticos e as instituições e políticas públicas das amarras e limitações dos grandes grupos empresariais, mediante o protagonismo das classes trabalhadoras, é uma tarefa estratégica necessária para desmercantilização da saúde, da educação, do livre direito de ir e vir e de todas as condições necessárias para o bem viver.

Somente com a gigantesca ampliação da participação popular nas decisões governamentais, por meio da convocação de plebiscitos e referendos para os temas de maior interesse dos trabalhadores e de nosso povo, ampliando o direito de iniciativa legislativa popular e a participação democrática direta, é que poderemos estabelecer um ambiente político capaz de promover as mudanças necessárias para a garantia da qualidade de vida da maioria da população goiana. O PCB entende que somente com a inserção das mais amplas camadas populares na *práxis* política seremos capazes de gerar a necessária mobilização social de caráter emancipador.

Diante da mais urgente necessidade de elaboração e execução de políticas que possibilitem o pleno usufruto de Direitos Fundamentais para toda a população, se faz imperioso transformar o atual estado – moldado segundo os interesses da classe dominante – em um arranjo institucional de novo tipo, hegemonicamente controlado pelos trabalhadores para o mais democrático usufruto do Bem Comum.

Compreendemos por Bem Comum todas as dádivas oferecidas pela Natureza, tais como o ar, água, energia solar, os frutos da terra etc.; tudo que se incorpora como heranças de gerações anteriores e que são particularmente ou universalmente compartilhados por todos. Consideramos como Bem Comum todos os resultantes da produção social necessários para a interação coletiva, tais o conhecimento, a informação, o afeto, as imagens, etc.

Contudo, no atual contexto mundial e brasileiro, as políticas neoliberais continuam a ser divulgadas enquanto o único caminho possível, tornando cada vez mais difícil o acesso às possibilidades da classe trabalhadora de usufruir plenamente do Bem Comum, embora estes sejam rotineiramente parte de nosso

cotidiano em seus múltiplos aspectos (socioeconômico, ambiental, comportamental, entre outros). As políticas praticadas pelos inúmeros governantes em Goiás, seguindo a elite política nacional e mundial, têm como um de seus objetivos buscar mecanismos de privatização do Bem Comum, tendo em vista mercantilizar a vida para reiterar o ciclo de acumulação capitalista. O PCB se coloca entre aqueles partidos, organizações e movimentos sociais que defendem a necessidade de resistir às ondas privatistas, à ordem social meritocrática, à ideologia ufanista do mercado enquanto elementos que estruturam a organização social. Entretanto, não se limita apenas à crítica da sociedade do capital e ao poder político-jurídico instituído, posto que canaliza energias para a edificação de uma práxis e de um poder que redunde numa organização social alternativa.

O PCB propõe a construção social, política, ideológica e teórica da resistência e subversão das contradições do capitalismo e dos sistemas normativos autoritários e excludentes nos quais aquele se apoia. Aprendemos com as lutas sindicais e populares classistas dos trabalhadores, com as feministas do passado e do presente, com o pensamento antirracista oriundo das lutas anticoloniais, com os movimentos indígenas e LGBT, a reconhecer que as classes e os corpos são como o Trabalho, investidos pelo Modo de Produção, possuindo enorme potencial para questionar a disciplinarização reificadora das relações sociais. Temos gêneros, cores e afetos múltiplos, não somos máquinas produtivas; rechaçamos as tentativas de reduzir nossa humanidade à condição de apêndice das máquinas na forma de mera força de trabalho estatisticamente contabilizada. Exigimos que a vida, em sua máxima condição humana, possa ser usufruída em sua exponencial totalidade.

É com este entendimento que o PCB apresenta o seu programa para as eleições de 2020. Os capítulos apresentados expressam interpretações, acumulações e lutas sociais travadas em incontáveis localidades. Nosso Programa é uma das possíveis formas de materializar politicamente e objetivamente os anseios, suores e lágrimas de dezenas de milhares de trabalhadoras e trabalhadores goianienses; é uma opção para aqueles e aquelas que estão na informalidade, trabalhando no comércio de rua, na região da 44, enquanto vendedores ambulantes, enquanto trabalhadores de aplicativos sem direitos trabalhistas; é um instrumento nas mãos de incontáveis trabalhadores e trabalhadoras sem teto em martírio pela moradia. Nosso Programa tem em vista se constituir em uma alternativa possível à opressão étnica e de gênero e ao fundamentalismo heteronormativo, e principalmente busca a emancipação dos trabalhadores do campo e da cidade de todas as formas de exploração econômica, de dominação política e de opressão ideológica.

Nosso programa tem em vista se constituir em uma alternativa possível à opressão étnica e de gênero e ao fundamentalismo heteronormativo, e principalmente, busca a emancipação dos trabalhadores do campo e da cidade de todas as formas de exploração econômica, de dominação política e de opressão ideológica. Assim, alertamos ao leitor que as propostas apresentadas no Programa não devem ser apreendidas como propostas a serem executadas em um mandato de governo de quatro anos, mas sim como um projeto alternativo de sociedade e de Estado a ser construído, em disputa sociais e institucionais, rumo ao à constituição do Poder Popular e do Socialismo.

## **UMA GOIANIA CONSTRUÍDA PARA E PELOS TRABALHADORES**

Em Goiânia, o predomínio dos interesses do grande capital sobre os interesses dos cidadãos é visível após sucessivas administrações dominadas pelos setores imobiliário, comercial e de transportes. Com o passar dos anos, a cidade seu sistema de transporte coletivo tem se deteriorado, tornando-se cada vez mais caro, ruim e insuficiente para as demandas da população; na maior parte da cidade a malha viária ainda privilegia o transporte individual ao invés do transporte público. A especulação imobiliária determina a utilização dos espaços da cidade, fazendo-a crescer para onde tem interesse, adensificando demais algumas regiões, subutilizando outras, deixando diversos vazios urbanos e terrenos que não cumprem a função social da propriedade. A política de criação e manutenção de parques, praças e áreas de lazer e entretenimento é voltada para a valorização de empreendimentos imobiliários, além de se basear em “parcerias” com as construtoras que na verdade tornam privativas dos moradores destes empreendimentos os parques e jardins subjacentes

aos mesmos. A guarda municipal reproduz o comportamento repressivo e hostil ao cidadão apresentado pela polícia militar. O IPTU é cobrado de forma injusta, principalmente para os trabalhadores, sofre reajustes lineares e penaliza as regiões mais pobres e desassistidas de recursos da cidade. As escolas municipais são insuficientes para atender as demandas da população, obrigando muitos pais a recorrerem à escolas particulares para garantir a educação fundamental de seus filhos. Da mesma forma, a falta crônica de creches causa sobrecarga às mulheres trabalhadoras, obrigadas a cumprir múltiplas cargas de trabalho não remunerado cuidando dos filhos e da residência. Os centros de saúde da prefeitura padecem do mesmo mal, além da escassez de funcionários e materiais.

Isso ocorre porque os interesses das empresas e de seus donos predomina sobre o interesse conjunto dos cidadãos goianienses durante o processo de tomada de decisões, que ocorre completamente alheio à opinião da população manifesta em entidades organizadas em torno de demandas específicas, associações de bairro, movimentos sociais e centros de estudos e pesquisas dos problemas urbanos. Projetos estratégicos para o futuro da cidade, como o atual debate sobre o Plano Diretor, são aprovados e encaminhados ao sabor da pressão dos *lobbies* empresariais, das articulações políticas e/ou das negociações entre o prefeito e os vereadores, numa postura autoritária e hostil à participação popular que desconsidera seus interesses e necessidades.

Diante deste cenário, o PCB propõe não apenas um novo programa político para a cidade, mas uma nova forma de discussão e encaminhamento dos projetos e das medidas que decidem os rumos da cidade e de apropriação de seus recursos públicos. Um programa que tem na perspectiva socialista o seu horizonte e o seu princípio definidor, presente na implantação de mecanismos de democracia direta, de controle popular sobre os bens e recursos da municipalidade, que na verdade são de todos, de ruptura com a lógica do privatismo e da primazia política do poder econômico sobre a vontade da maioria. Neste sentido, o programa do SCFN carrega um sentido anticapitalista, coletivista, contrário ao individualismo, pois se a administração é pública, portanto, deve dizer respeito à todos e todas, deve ser determinada por todos e todas e não por minorias endinheiradas e seus representantes políticos.

## PROPOSTAS

- 1) Controle popular dos bens públicos administrados pela Prefeitura. Discutir o orçamento público com a população e definir democraticamente a destinação dos recursos oriundos dos impostos municipais aos impostos federais e estaduais repassados ao município, sob a prevalência da lógica da apropriação coletiva dos recursos públicos, privilegiando o Bem comum em detrimento do uso dos recursos públicos para benefícios privados
- 2) Fortalecer o serviço público municipal via política de contratação de servidores públicos por concurso público, definido regimentalmente por Estatuto que confira autonomia política e financeiras às instituições e defina Planos de Carreiras próprios, eliminando toda e qualquer forma de prestação de serviços terceirizados.
- 3) Estabelecer o serviço público plenamente estatal, gerido pelos trabalhadores e usuários dos serviços, como forma de impedir o fisiologismo e o clientelismo constantemente reproduzidos pelos governos de Goiânia.
- 4) Assegurar a autonomia das empresas estatais, sob o controle social, desvinculada dos governos, tendo em vista orientá-las em favor das demandas das camadas populares e protegê-las da corrupção política e econômica.
- 5) Criar Conselhos Populares, com seus membros eleitos entre os trabalhadores de área e usuários, com mandatos imperativos, sendo responsáveis por definir, planejar, organizar e

administrar as políticas institucionais que assegurem o controle social sobre as empresas estatais.

- 6) O Plano Diretor é ponto central no processo de democratização da tomada de decisões na escala municipal. Nesse sentido, o PCB propõe uma ampla consulta a população, usando referendos e plebiscitos, diálogo com as associações de bairro e através de amplo processo de mobilização da população para a constituição de assembleias populares a serem realizadas nos bairros.
- 7) No primeiro e no terceiro anos do mandato realizaremos o Congresso da Cidade, a instância máxima de discussão e deliberação da democracia socialista que vai vigorar em Goiânia. No Congresso da Cidade serão discutidas e aprovadas não apenas as propostas apresentadas por nosso programa, mas aquelas oriundas das assembleias populares a serem realizadas nos bairros e nas regiões da cidade, num processo de mobilização que envolverá toda a população. O Congresso da Cidade definirá as medidas fundamentais de enfrentamento dos problemas da cidade e suas formas de encaminhamento. A participação nas assembleias dos bairros é aberta, com o direito a voz e voto a todos os habitantes, delas sairão os delegados que participarão das assembleias por região e destas os delegados que participarão do Congresso da Cidade.
- 8) Será nossa prioridade colocar para funcionar uma ouvidoria municipal, sem corporativismo. O ouvidor deve ser indicado pelas entidades da sociedade civil como OAB, entidades religiosas, centrais sindicais, entidades dos servidores, conselhos de classe, entidades estudantis, movimentos sociais etc. Assim deverá ser também para as ouvidorias das secretarias.
- 9) Reduzir ao máximo o número de cargos comissionados e eliminar a figura do apadrinhado político.
- 10) O Prefeito, além de prestar contas à câmara municipal, como está previsto em lei, também deve prestar contas à população a cada 120 dias, divulgando as despesas da prefeitura. Essa prestação de contas será feita pelo prefeito e pelos secretários numa grande assembleia popular, aberta à toda a população. Também será apresentada no site da prefeitura, no site da câmara municipal, além de divulgação na TV Câmara e também outros meios de comunicação, como o jornal impresso da própria prefeitura com distribuição massiva para a população.
- 11) Realizar auditorias em todos os cargos e funções dentro da administração com vistas a identificar as distorções, desvio de funções. Trabalharemos para melhorar os salários e as condições de trabalho dos servidores e estabelecer com eles um canal permanente de negociações por meio das suas entidades representativas, com o intuito de atender às reivindicações históricas dentro do limite do orçamento da prefeitura. Além disso, deverá ocorrer o fortalecimento dos conselhos comunitários de saúde, transporte, educação, cultura, e incentivar a criação de outros conselhos em áreas que a população avaliar como necessário. É também prioridade elevar os salários mais baixos e reduzir o máximo possível os cargos comissionados, além de reduzir os salários do prefeito e de todo primeiro e segundo escalão, exceto os que tenham proventos fruto de negociação salarial em relação ao tempo de serviço, e que comprove sua justiça e legalidade;
- 12) Priorizar a realização de convênios e contratos de prestações de serviços e fornecedores junto às cooperativas de trabalhadores e outras formas associativas correlatas, tal qual o MST.

## **EDUCAÇÃO E CULTURA PARA EMANCIPAÇÃO**

Historicamente, o sistema educacional brasileiro é marcado e definido por profundas desigualdades. Trata-se de um modelo que se desenhou como forma de atender a um tipo de capitalismo tardio, dependente e associado, vinculado à produção de baixíssima tecnologia e marcado por um amplo exército industrial de

reserva, portanto, a uma formação precária, aligeirada e tecnicista. Nesse sentido, a história do sistema educacional brasileiro é a história da exclusão e do rebaixamento do nível de escolarização dos filhos da classe trabalhadora. Na cidade de Goiânia não é diferente. Via de regra, criaram-se sistemas educacionais melhores articulados e com garantias de elevação da escolarização nas áreas centrais dos grandes centros urbanos, relegando às periferias e ao campo um tipo de formação aligeirada, precária, pragmática e tecnicista.

A política do PCB para a educação fundamenta-se na estruturação do Sistema Educacional goiano, baseado na *Formação Integrada*, em que o Currículo articula e se desenvolve a partir de três dimensões fundamentais, em sua estrutura interna: *Ciência, Cultura e Trabalho*. Sistema Educacional que, por sua vez, deve ser contextualizado, em especial mediante a articulação junto aos arranjos produtivos, sociais e culturais locais. Trata-se de formar indivíduos reflexivos, com capacidade crítica e de intervenção nos espaços em que se encontram inseridos, tanto do ponto de vista político-econômico, quanto sociocultural.

A política pecebista para a educação defende a constituição de um sistema educacional público, gratuito, laico, universal e de qualidade, estruturado e organizado a partir do controle social. Portanto, trata-se de atribuir autonomia política, financeira, administrativa, organizativa e pedagógica para as Escolas, afastando-as das concepções fisiologistas, clientelistas e corruptas, presentes atualmente. Assim, o PCB defende a constituição de Conselhos Populares eleitos, com mandatos imperativos, composto pelos trabalhadores da área e pelas comunidades locais, como forma de administrar, organizar e definir as políticas educacionais para as Escolas, levando-se em conta os arranjos produtivos, sociais e culturais locais.

Do ponto de vista administrativo-organizativo, tanto a militarização das Escolas, quanto sua transferência para as supostas Organizações Sociais (Os's) – empresas de amigos do tradicional sistema político-partidário goiano – acarretam: a) restrição da autonomia das Escolas e, portanto, sua capacidade de dar respostas aos arranjos produtivos, sociais e culturais locais; b) precarização das relações de trabalho dos profissionais da educação, submetendo-os a jornadas de trabalho cada vez maiores, a baixíssimos salários e a péssimas condições de trabalho; c) restrição da liberdade de expressão, manifestação e organização dos alunos; d) instituição de um sistema de ranqueamento entre Escolas e Municípios, aprofundando as desigualdades entre campo-cidade e centro-periferia; e) aprofundamento do sistema de seleção de alunos, ampliando cada vez mais as desigualdades de formação escolar; f) relações fisiológicas e clientelistas frequentemente articuladas à reprodução das formas de contrato de trabalho temporário.

Do ponto de vista pedagógico, institui uma política de formação pragmática e aligeirada, estruturada na má-qualificação e precariedade da formação, bem como em uma estrutura repressiva brutal, tanto para os trabalhadores da educação, quanto para os estudantes.

## PROPOSTAS

- 1) Estatização plena de todo o sistema educacional público goiano, conferindo autonomia financeira, política, administrativa e pedagógica às instituições educacionais em seus diferentes níveis e modalidades, colocando-as sob controle dos trabalhadores, a partir da criação de Conselhos Populares, eleitos entre os profissionais da área e usuários, com mandatos imperativos e com autonomia para a definição, administração e organização das políticas educacionais.
- 2) Articulação entre os diferentes níveis e modalidades de ensino, como forma de planejar, administrar e organizar as políticas educacionais, garantindo a universalização do acesso, a permanência e o êxito dos estudantes em todo o processo.
- 3) Adoção da Formação Integrada em todos os níveis e modalidades de ensino da Rede Pública, articulando um conceito de Educação Básica que abranja desde o Ensino Infantil ao Médio Integrado, como forma de forjar Currículos articulados aos arranjos produtivos, sociais e culturais locais.

- 4) Implementar uma política de segurança alimentar e nutricional em toda a Rede Pública de Ensino, em todos os seus níveis e modalidades, a partir do fomento a agricultura familiar e a agroecologia, levando alimentos saudáveis orgânicos para as Escolas, como forma de combater a obesidade e outras doenças e transtornos relacionadas a má alimentação. Estabelecer parceria com os pequenos e médios produtores, criando-se estímulo à produção de alimentos orgânicos e saudáveis, para abastecer as Escolas da Rede Pública e garantir a segurança alimentar da juventude goiana
- 5) Criação de Centros de Atendimentos Multidisciplinares em todos os bairros de Goiânia, como forma de estruturar, garantir e efetivar o processo de inclusão de pessoas com deficiências no sistema educacional, instituindo-se políticas de acessibilidade: a) atitudinal; b) arquitetônica; c) metodológica; d) programática; e) instrumental; f) nos transportes; g) nas comunicações; e, h) digital.
- 6) Criação de Bibliotecas Públicas em todos os bairros da cidade.
- 7) Para que nenhuma criança fique fora da escola/creche é preciso ampliar e universalizar o atendimento a todas as crianças com idade escolar na rede Municipal, a construção de novos CMEI's, e a realização de concursos e cumprir a Lei do Piso Salarial para os educadores;
- 8) Fazer um cadastramento com objetivo de levantar a demanda de crianças que não estão nas escolas/creches. Com o levantamento desses dados a prefeitura se programará para construir a quantidades de creches suficientes, com vista a universalizar o atendimento de todas as crianças com idade escolar;
- 9) Reorganizar o horário de funcionamento das escolas e creches. Parte dos horários hoje existentes não atendem à classe trabalhadora. Por conta disto propomos ampliar o horário de funcionamento das escolas e creches, abrindo mais cedo e fechando mais tarde, e definir as atividades de planejamento fora dos horários de aula;
- 10) Construir centros culturais nas regiões. Esses centros deverão ter salas de cinema, teatro, biblioteca, palcos, estúdios com cursos de música, danças, atividades circenses e outras atividades culturais.
- 11) Instalar pontos com acesso à computadores e wifi livres nos espaços públicos. O objetivo é democratizar o acesso à rede mundial de computadores, tais como em terminais de ônibus, Câmara Municipal, Rodoviária, Mercados Municipais, bairros das periferias, etc.

## **EM DEFESA DA SAÚDE PÚBLICA**

### **a) o Sistema Único de Saúde**

O Brasil experimentou um avanço sem precedentes na saúde pública com a implantação do Sistema Único de Saúde (SUS). Foram necessárias décadas de intensa movimentação popular para que o direito à saúde pública, gratuita e de qualidade fosse estendido a todos os cidadãos, com sua consagração na Constituição de 1988. Todavia, o esforço dispensado para a consolidação de um arcabouço jurídico que contemplasse o direito à saúde de forma universal, integral e igualitária corre o risco de se perder. É nítida a resistência enfrentada pelos defensores do SUS para conseguir que ele seja, de fato, implantado. Interesses notadamente econômicos atuam de maneira obscura e inescrupulosa na tentativa de desconstruir e inviabilizar o atendimento público de saúde. O não cumprimento dos preceitos legais culmina na precarização dos serviços prestados. Carência de recursos humanos e materiais, estrutura inadequada para o atendimento, falta de leitos para internação, pouco ou nenhum interesse na aplicação de políticas públicas voltadas para a atenção básica em saúde, dentre outros, são alguns dos problemas enfrentados pelos usuários do SUS atualmente.

A PEC 95/2016 está impondo a intensificação desses processos, cujo resultado, em não sendo revogada, será o aniquilamento do SUS. Em consequência, sem alternativa concreta e imediata, a sociedade é levada a

acreditar que a solução de tais problemas é a entrega dos serviços de saúde à iniciativa privada (seja sob a forma de exploração direta ou através de terceirizações), que cobrará (e já cobra) preços absurdos pelo atendimento que deveria ser, obrigatoriamente, efetivado pela administração pública.

Enfim, nosso projeto de saúde pública é pautado nos princípios da universalidade, integralidade e igualdade. Por compreender que saúde não pode ser transformada em mercadoria, compreendemos ser imprescindível a defesa e valorização do SUS.

## PROPOSTAS

- 1) Fiscalização do cumprimento integral, por parte do Poder Público, que dispõe sobre o valor mínimo a ser aplicado pelo Estado em ações e serviços públicos de saúde.
- 2) Efetivação de uma política de saúde do trabalhador com criação do Cerest (Centro de Referência Especializada em Saúde do Trabalhador), como está preconizado na RENAST (Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador), sob controle social através de conselhos de saúde dos trabalhadores
- 3) Revogação de medidas e iniciativas que tenham como objetivo o repasse dos serviços de saúde para as mãos da iniciativa privada, particularmente a gestão pelas Organizações Sociais (OS's), bem como a eliminação da terceirização nas atividades meio e fins na saúde pública, tendo em vista que os referidos serviços devem ser constitucional e integralmente prestados pela administração pública por meio dos seus servidores.
- 4) Trabalhar, em parceria com o Conselho Estadual de Saúde, no sentido de fomentar a criação de Conselhos Locais de Saúde nas unidades em que ainda não existam, e fortalecer a atuação dos Conselhos já existentes, pois é através dessas estruturas que a população usuária do SUS consegue exercer o Controle Social sobre esse sistema
- 5) Fortalecer o Programa de Saúde da Família e o combate às endemias
- 6) Qualificação dos profissionais que atuam nas maternidades visando a humanização do atendimento às parturientes e puérperas, bem como cumprimento da lei do acompanhante, nas esferas pública e privada, assim como da recém aprovada Lei de Doulas
- 7) Criação de Unidades de Saúde voltadas para o atendimento de dependentes químicos
- 8) Criação de centros de reabilitação para trabalhadores acidentados, ou que sofrem de LER/DOR
- 9) Fortalecimento da fiscalização acerca das condições de trabalho em setores de atividades econômicas fortemente marcados por acidentes e doenças ocupacionais, a exemplo dos setores de frigoríficos, construção civil, indústria de confecção e telemarketing.
- 10) Obrigatoriedade da prestação de contas periódica feita pela direção da Secretaria da Saúde diante dos Conselhos de Bairro e do Conselho Estadual de Saúde, de forma a assegurar o controle popular sobre a saúde
- 11) Equipar e ampliar Cais's e CIAMAS's CAPS's criando laboratórios próprios da Prefeitura. É preciso também universalizar o atendimento da saúde das famílias. Ademais, aumentar o número de médicos, como também dos demais profissionais nas áreas técnicas, como enfermeiro/as, técnicos de enfermagem, nas urgências e emergências, e atendimento ambulatoriais, além de melhorar a infraestruturas dos prédios e fazer aquisição de novo equipamento hospitalares; ampliar as equipes dos Consultórios de Ruas, com formação uma rede social pautada em parcerias, ações integradoras, intersetoriais, para promoção da saúde integral da população adulta que vive em situação de rua, visando construir a emancipação destas pessoas
- 12) Fortalecer e ampliar programas de saúde bucal, contratando mais profissionais da área de odontologia, em número suficiente para atender a demanda da população. É necessário criar uma equipe, móvel ou espécie de consultório móvel para fazer atendimentos nas escolas municipais e

estaduais, nos bairros. Ademais, fortalecer as equipes de combate as endemias, como dengue, leptospirose, etc., além de incluir e ampliar a quantidade de equipes de saúde bucal nas Unidades Básicas de Saúde do município, de forma a garantir o acesso e as políticas de promoção e prevenção odontológicas, como o atendimento de gestantes e de crianças em suas instituições educacionais

- 13) Construir clínicas veterinárias públicas. Existe um grande número de animais domésticos, principalmente caninos e felinos, criados pela população. A maioria não tem condições econômicas de pagar uma clínica particular para atender seus animais em casos de doença e acidente. Dessa forma, a clínica veterinária pública fará o atendimento desses animais. Além de o atendimento em caso de acidentes e doenças, também faremos campanha preventiva de controle de zoonose nos animais, procuraremos uma parceria com o Hospital Veterinário da Universidade Federal de Goiás para atender os casos mais graves e que já realiza tais serviços por meio de cobrança taxas mais acessíveis. A meta em médio prazo é construir um Hospital Veterinário Municipal
- 14) Oferecer métodos contraceptivos de longa duração para os adolescentes e realizar trabalho de conscientização junto aos jovens em relação às DSTs como o HIV e o HPV
- 15) Ampliar e incentivar a criação de academias de saúde, de forma a democratizar a promoção de saúde, por meio de atividades físicas, em locais que possibilitem o acesso ao conjunto da população
- 16) Estabelecer a Humanização como um dos eixos estruturais da gestão da política de saúde, através de investimento na valorização do trabalhador, incentivando a sindicalização, com formação, centros de estudos, criando protocolos de atendimentos, educação permanente com reuniões, cursos, melhorias das condições de trabalho com concursos públicos, organização no abastecimento de medicamentos e insumos, espaço para descanso, armários de segurança, criar programa "Cuidando de quem cuida" com ginástica laboral, práticas integrativas e complementares, reeducação alimentar, passeios familiares, feiras de talentos, desta forma, motivando o vínculo do trabalhador, com o SUS, e com o usuário, aumentando a responsabilidade, mas que resulte no maior prazer, satisfação, e envolvimento com o trabalho
- 17) Estabelecer um diálogo com sindicato da categoria para construir um plano de trabalho, com objetivo de construir uma agenda com vista ao atendimento das reivindicações da categoria dentro da evolução do orçamento
- 18) Trabalhar de forma integrada com e a Educação criando escolas promotoras de saúde, reconhecendo-as como espaço de fortalecimento do SUS, de problematização dos processos de saúde, adoecimento, cura e cuidado, tendo como base a pessoa e seu desenvolvimento ao longo de sua vida, a identificação social, política, cultural, formando cidadãos críticos e participativos conhecedores da importância da participação social para a conquista do direito a saúde
- 19) Priorizar as estratégias de amplitude populacional como promoção de saúde e prevenção de doenças, como a redução do consumo de sal em estabelecimentos comerciais e a inclusão de kits de saúde bucal para crianças em instituições públicas de ensino;

## **b) A assistência social**

A assistência social é uma política de grande importância para qualquer país dependente, em face da grande massa de trabalhadores pobres e desempregados, ou mesmo de famílias que não têm condições de se inserir no mercado de trabalho em decorrências de serem famílias monoparentais (composto apenas por um membro adulto, quase sempre as mães). Essa política pode concorrer para remediar condições de extrema dificuldade por parte dos trabalhadores que necessitam de auxílio em momentos de penúria. Importante assinalar que desde a Terceira Revolução Industrial e o advento dos métodos flexíveis de gestão do trabalho e da produção essa necessidade tornou-se dramática em face do desemprego e do subemprego estruturais.

Desde a Constituição de 1988, preconiza-se que a assistência social se articule com as políticas de previdência e saúde. Todavia, ela fundamentalmente se reproduziu nos limites da hegemonia burguesa, posto que foi utilizada como forma de cooptação das classe subalterna, reproduzindo várias formas de clientelismo. Assim, se de um lado a realidade político-social das camadas populares da sociedade brasileira demanda políticas consistentes de assistência social, por outro lado, essa assistência tendeu a se constituir em um instrumento do capital pela via da contenção dos efeitos mais deletérios das contradições sociais que o capitalismo engendra e do assistencialismo como meio de passivização da classe trabalhadora. Em contraposição à política de assistência social sob hegemonia do capital, a perspectiva pecebista quanto a assistência social tem em vista conjugar assistência social, autonomia dos trabalhadores e Poder Popular.

## PROPOSTAS

- 1) Criação de um programa municipal para o atendimento das famílias que estejam em risco social, contempladas ou não pela Bolsa Família, devidamente cadastradas no CAD único, onde os beneficiários possam adquirir alimentos oriundos da agricultura familiar e de acordo com as suas necessidades
- 2) Revisar todos os convênios estabelecidos com instituições filantrópicas, tendo em vista assegurar o controle governamental sobre os recursos públicos e que os mesmos sejam progressivamente orientados em favor dos serviços de assistência social desenvolvido pelo próprio governo municipal.
- 3) Regulamentação de serviços, com composição de equipes de referência, cobertura da rede socioassistencial e de formação de um amplo quadro de trabalhadores/as, mediante concurso público.
- 4) Condução da defesa dos direitos humanos e sociais e posicionamento contrário a ações de gestores/as públicos/as da assistência social que promovem a internação compulsória, o abrigo involuntário e compulsório e a política de higienização das cidades, considerando-os uma forma de violação dos direitos humanos – *toda violação de direitos é uma forma de violência*.
- 5) Adoção de estratégias coletivas frente à violação dos direitos dos/as assistentes sociais, relativo às condições éticas e técnicas de trabalho, conforme definido na Lei de Regulamentação da Profissão e no Código de Ética profissional.

### **c) O aborto como saúde pública**

São realizados cerca de 46 milhões de abortos anualmente em todo o mundo, aproximadamente 160 mil por dia. Dentre esses, a Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que 19 milhões são feitos de maneira clandestina e insegura e que mais de 5 milhões enfrentam sequelas do procedimento mal realizado.

No Brasil, o aborto é proibido, salvo, exceções quando há risco à vida da mãe causado pela gravidez e em casos de estupro e de anencefalia. Estima-se que pelo menos dois abortos são realizados por minuto no país. A Pesquisa Nacional de Aborto 2016 (PNA), revela que as mulheres negras e indígenas com menor nível de escolaridade, e que vivem no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, apresentam taxas de aborto mais altas. Somente no Centro-Oeste do Brasil, cerca de 55 mil abortos são realizados anualmente.

A criminalização do aborto traz consequências negativas para a saúde das mulheres, é pouco efetiva na coibição da prática e reafirma as desigualdades sociais. Essa é mais uma forma de controle sobre a vida das mulheres e de manutenção do sistema patriarcal, principalmente sobre as mulheres negras e pobres das periferias urbanas. Não é possível falar sobre a criminalização do aborto sem fazer o recorte de classe e raça/etnia, já que as mortes ligadas a esse procedimento se dão em sua esmagadora maioria ligadas aos procedimentos inseguros, feitos em locais sem condições mínimas necessárias.

## PROPOSTAS

- 1) Defesa da descriminalização total do Aborto.
- 2) Defesa do direito ao abortamento legal indiscriminado e seguro até 12 semanas de gestação.
- 3) Formação de profissionais de saúde capazes de acolher e conduzir de forma humanizada a realização de abortos seguros nos casos já previstos em lei;
- 4) Implementação dos programas de educação sexual nas escolas, que sejam efetivos na discussão do tema.
- 5) Ampliação e simplificação do acesso a métodos contraceptivos gratuitos, incluindo DIU, laqueaduras e vasectomias.

## **EM DEFESA DO MEIO AMBIENTE**

A sociedade do capital, por fundamentar-se na mercantilização da vida, inclusive dos recursos naturais, gera cada vez mais conflitos permanentes e de diversas ordens. No espaço urbano, a ocupação e o adensamento populacional desordenado têm resultado em graves crises ambientais. A falta de tratamento de esgotos e de efluentes industriais tem comprometido os mananciais que percorrem as cidades. A associação fossa-poço é ainda muito presente nas periferias urbanas, aumentando a proliferação de doenças e de parasitas por meio da contaminação da água subterrânea. As indústrias, responsáveis pelo uso de grande parte dos recursos hídricos, pouco investem em técnicas de reutilização da água empregada nos processos produtivos. No espaço rural, o agronegócio, devido a um sistema de irrigação ineficiente e desastroso, esgota e polui recursos hídricos. O uso de resíduos diretamente lançados no solo, como a cama-de-frango e a carcaça de suínos e bovinos, são fontes de contaminação do solo e das águas subterrâneas.

Essa situação tem levado governos a tomarem medidas paliativas que envolvam o tratamento de água, esgoto e resíduos, e o reuso de água, tanto no campo quanto na cidade. Também os tem levado a assumir iniciativas voltadas para atenuar a contaminação de animais, de grãos e de verduras, hortaliças e frutas produzidas com água obtida em mananciais contaminados com produtos químicos e esgotos domésticos.

Em face dessa realidade, o PCB defende tratamento prioritário para a questão ambiental, tendo como principal eixo o controle da extração dos bens naturais não renováveis, bem como a preservação ambiental da influência e dos ditames dos interesses do mercado capitalista. É preciso garantir a sustentabilidade, com a recuperação de áreas degradadas, o reflorestamento e a reordenação da produção. O atual modelo de desenvolvimento econômico vem ampliando expressivamente a degradação.

Conforme anteriormente assinalado, os principais vilões da destruição de nosso ecossistema são a monocultura exportadora e a pecuária extensiva, ao qual está agregada a agroindústria. Milhares de espécies da fauna e da flora estão em rota de extinção diante do comprometimento de seus habitat. O ciclo hidrológico e as bacias hidrográficas goianas estão expressivamente afetados. Estudos apontam que o ritmo de destruição do Cerrado brasileiro é mais intenso e veloz que o da Floresta amazônica, apresentando 57% de completa destruição e metade das áreas remanescentes submetidas a profundas alterações.

## **PROPOSTAS**

- 1) Manter áreas rurais do município, contra política das grandes imobiliárias de fazer o município 100% de áreas urbanas, já que o cinturão verde Goiânia é fundamental
- 2) Realizar o cumprimento da Lei nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) no município, fortalecer as associações cooperativistas da área dos resíduos sólidos; fornecer condições para a segurança durante o trabalho de tal categoria;
- 3) Construir uma Usina para Reciclar as sobras dos detritos da construção civil. O objetivo é reaproveitar as sobras de material das construções, tanto da área particular, quanto das obras da prefeitura, como também reaproveitar os pneus disponibilizados pelas borracharias.

- 4) Plano de instalar placas de coletores solares-fotovoltaica em todos os prédios públicos nos próximos 4 (quatro) anos, como também em todos os futuros prédios utilizados e construídos pela administração municipal e na iluminação pública das praças, feiras, etc.;
- 5) Promover um processo gradual de renovação da frota de automóveis da Prefeitura. Buscando utilizar novas tecnologias, de combustíveis não fósseis, Carros de motores a Biodiesel, Carros elétricos, como também estimular, o estudo da possibilidade da implantação ônibus, tipo trólebus nos corredores preferenciais, movido a energia elétrica, fazer aquisição ônibus movidos a Biodiesel. Com isso pretende-se diminuir a poluição e emissão de monóxido de carbono na atmosfera;
- 6) Reestruturar a COMURG. Retomar a credibilidade da empresa que vem sendo vítima de desmandos administrativos. Também reduzir os altos salários dos apadrinhados como também os comissionados e fazer aquisição de frota própria de caminhões e viaturas e outros equipamentos para empresa. Ademais, melhorar as condições de salários e de trabalho dos trabalhadores e ampliar e melhorar os serviços prestados pela COMURG, tais como coleta de lixo, cata treco, varrição, limpeza dos lotes baldios de particulares com cobrança de taxa e conservação das praças. Ainda, deve-se criar os serviços de recolher entulho e pneus nas borracharias;
- 7) Descentralizar a gestão dos resíduos envolvendo as Regionais, identificando e cedendo áreas públicas municipais para funcionamento das Cooperativas/associações por tempo indeterminado;
- 8) Instituir através do executivo municipal, Decreto que discipline a coleta seletiva dos órgãos públicos, em convênio com associações e cooperativas de catadores(as);
- 9) Criar PEV - pontos de entrega voluntária para pneus, óleo de cozinha, resíduos de feiras e podas, Resíduos da Construção e Demolição (RCD), resíduos Eletrônicos, pilhas, baterias, lâmpadas fluorescentes e outros;
- 10) Instituir banco de dados de geração e destinação de resíduos, com publicização das informações;
- 11) Implantar usinas de geração de energia, tendo como combustível o metano gerado nos aterros sanitários;
- 12) Incentivar a agricultura urbana, com base na agroecologia
- 13) Adotar uma política mais rigorosa de licenciamento ambiental, com a garantia da mais ampla participação popular, pela realização de audiências públicas antes da concessão das licenças.
- 14) A universalização dos serviços de saneamento básico;
- 15) A integralidade do atendimento: devem ser previstos programas e ações para todos os resíduos gerados;
- 16) Estabelecimento de diretrizes para plano de resíduos de construção civil e para a elaboração de um plano de gerenciamento de resíduos de serviço de saúde;

## **A democratização/socialização da cidade: por uma cidade popular e humanizada**

### **a) O transporte público**

As experiências e modelos capitalistas de transporte público se mostraram fracassadas e ineficazes, naquilo que diz respeito ao processo de garantia do acesso à cidade, de tal forma que tais políticas têm convertido as cidades em espaços de individualização, desumanização e mercantilização da vida. O PCB pretende transformar as cidades em espaços de humanização, socialização e emancipação humana, estimulando e cultivando a diversidade.

A luta por um transporte público é contínua e requer cada vez mais força e organização, resistindo aos ataques constantes do governo federal e dos governos coronelistas em Goiás. O aumento no preço das tarifas de ônibus proposto pelos empresários do transporte é mais um dos muitos ataques que os trabalhadores têm sofrido e que vai de encontro ao nosso direito de acessar a cidade.

Todos os dias, estudantes, trabalhadores usam o transporte público para chegar ao seu local de estudo, trabalho, moradia e também de lazer. Acontece que esse serviço, operado por trabalhadores empenhados na locomoção de outros trabalhadores, é organizado em torno de uma lógica de lucro, de modo que tudo – a quantidade de ônibus circulando, as linhas, a rotatividade, o preço da tarifa e a exploração dos trabalhadores do transporte – é pensado para aumentar efetivamente esse ganho privado, o que é uma grande contradição, visto que o transporte deve ser garantido pelo Estado, constando no artigo 6º da Constituição Federal como direito social.

Em Goiás, ao longo dos últimos 23 anos, a tarifa de ônibus na Região Metropolitana de Goiânia teve alta de 912,5%, enquanto a inflação acumulada desde então teve alta de 440%. Ademais, a tarifa do transporte público Região Metropolitana como um todo sofre reajuste praticamente todos os anos, sempre sob justificativa de que é devido a correção inflacionária. Recentemente, em 2018, o aumento de tarifa do transporte público em Goiânia e Região Metropolitana, proposto pela Câmara Deliberativa de Transportes (CDTC) foi para R\$ 4,00, aumentando R\$ 0,30 no antigo preço da tarifa. Esse valor corresponde a um aumento de 9,5%, enquanto que o recente aumento no salário mínimo, de R\$ 17,00, corresponde à 1,8%.

Enquanto isso, a realidade do transporte público em Goiânia e Região Metropolitana é desastrosa. Não há qualidade no serviço oferecido pelas empresas que gerem o transporte público, a frota de ônibus não é suficiente para atender toda a demanda, os ônibus muitas vezes estão em condições precárias ou impedidos de circular, as linhas não são todas funcionais e obrigam os usuários do transporte público a se deslocarem de terminal a terminal para trajetos simples e a grande carência de segurança nos ônibus e terminais. Além disso, os trabalhadores desse serviço são condicionados muitas vezes a jornadas de 10 horas, com salários ínfimos e condições precárias de trabalho. Essa realidade corresponde atual privatização e cartelização do setor de transporte público na Região Metropolitana de Goiânia, assegurando transportes precários, de um lado, e lucros extraordinários aos capitalistas do setor, de outro lado. A manutenção desse domínio econômico requer vários mecanismos, como o financiamento dos partidos e políticos tradicionais, o suborno de tecnocratas da administração pública que tem a responsabilidade de regulamentar e supervisionar o transporte público e a grande presença policial para impedir a revolta popular.

Quanto aos estudantes, no entendimento do governo, devem ter apenas ter o passe livre para se locomover única e exclusivamente de sua casa ao local de estudo. Quando utilizado em outra linha de ônibus, seja para ir ao trabalho ou a locais de lazer, ou até mesmo caso o estudante parta de outro local para a sua escola ou universidade, o passe livre é arbitrariamente cortado. Isso tem expulsado cada vez mais estudantes da escola e da universidade, devido à dificuldade de mobilidade nas cidades, além da necessidade de trabalhar para sobreviver, o que muitas vezes consome todo o tempo de estudo e impede a continuidade nos cursos. Essa situação torna cada vez mais difícil para a juventude trabalhadora estudar.

A questão da insegurança também é muito presente no transporte público. Os atos de assédio, furto e assassinato fazem com que os coletivos sejam mais um espaço de alerta para os trabalhadores que os utilizam.

É preciso responder à privatização do transporte com a luta pelo controle do mesmo pelos trabalhadores e usuários, livre da sede de lucro de empresários e organizado em torno de necessidades concretas da classe trabalhadora.

## **PROPOSTAS**

- 1) Implementação de uma política de planejamento urbano que privilegie a mobilidade coletiva das pessoas, elegendo o transporte público como prioritário em detrimento do automóvel; bem como que promova a diversificação de meios de transporte, valorizando aqueles ecologicamente viáveis.

- 2) Criação do Conselho Popular de Transporte da Região Metropolitana de Goiânia, bem como nas demais regiões de Goiás, de caráter deliberativo, eleitos com mandatos imperativos, compostos pelos trabalhadores da área e usuários dos serviços de transportes, responsáveis pela discussão e definição de políticas públicas de universalização do transporte, garantindo-se o acesso de mobilidade urbana a todos.
- 3) Passe Livre estendido imediatamente aos estudantes, aos desempregados e às populações em estado de vulnerabilidade social.
- 4) Construção de um amplo movimento social e popular voltado para a estatização de toda estrutura de mobilidade e transporte urbano, colocando-a sob controle social e afirmando a “tarifa zero”.
- 5) Garantir a efetiva Municipalização do Sistema. A Prefeitura assumirá o controle do sistema de transporte coletivo. Reestruturação da empresa Municipal de transporte CMTC (Companhia Municipal de Transporte Coletivo de Goiânia), que assumirá o controle do sistema de transporte público;
- 6) Instalação de internet livre nos terminais;
- 7) Para os trabalhadores do sistema, serão instalados refeitórios locais e espaços salubres e adequados de descansos e troca de turno;
- 8) Ampliar a implantação dos corredores exclusivos para transporte coletivo conforme prevê o Plano Diretor;
- 9) Ampliar a construção das ciclovias;
- 10) Construir estacionamentos públicos. Estes devem ser próximos aos terminais de ônibus que fazem as interligações com as regiões, por exemplo, Novo Mundo, Padre Pelágio, e outros terminais para que a população deixe seus carros em condições seguras, evitando assim deslocar-se até o centro da cidade.

#### **b) A habitação:**

A Constituição de 1988 definiu a moradia enquanto um direito social. Nesse sentido, o conceito de déficit habitacional passou a ser considerado como um indicativo de vulnerabilidade social, na medida em que se trata de uma situação de risco econômico-social.

#### **PROPOSTAS**

- 1) Garantia do direito à moradia, com uma política habitacional voltada para o financiamento público de habitações populares integradas à infraestrutura urbana, apoiada em pesquisa e desenvolvimento tecnológico dirigido para este setor, tendo em vista zerar o déficit habitacional em Goiânia.
- 2) Realização de uma reforma urbana, com a desapropriação de espaços urbanos ociosos destinados à especulação, para a construção de praças, parques e habitações populares.
- 3) Assimilação e execução da Plataforma Nacional pelo Direito à Cidade defendida pelo Fórum Nacional de Reforma Urbana.
- 4) Criação do Conselho e do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, sob o controle dos trabalhadores.
- 5) Criação de Conselhos Populares para a formulação de políticas de habitação e exercendo controle na sua implementação, democratizando o espaço urbano.

#### **c) Democratizar o acesso a energia:**

Assegurar o acesso ao fornecimento de energia, democratizando-o é um processo fundamental com vista na elevação da qualidade de vida das camadas populares. Portanto, a mercantilização do acesso à energia não

coaduna com um processo de elevação da qualidade de vida da sociedade, o que demanda a sua desmercantilização.

- 1) Criação de Conselhos Populares, eleitos, com mandatos imperativos, compostos pelos trabalhadores da área e usuários dos serviços de prestados pela estatal, responsáveis pela discussão e definição de políticas públicas de universalização do acesso a energia elétrica, garantindo-se seu fornecimento à todos.